

Na questão da habitação, além de reforçar as linhas de financiamento para a aquisição e/ou melhoria e ampliação da casa própria, o governo estadual tem, dentre seus objetivos, uma atenção especial aos programas de urbanização e regularização dos assentamentos precários nos quais o Estado, em apoio às prefeituras, investirá na infraestrutura urbana e social.

A ação do Estado na política habitacional tem a finalidade de democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis, ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional no Estado, incentivar a geração de emprego e renda, dinamizar a economia ao apoiar-se na capacidade que o setor da construção civil apresenta em mobilizar mão de obra, e priorizar e incentivar a utilização dos insumos locais na produção da habitação, na construção de novas moradias e/ou na melhoria e ampliação das habitações existentes.

No Pará, apenas metade da população é atendida com abastecimento de água tratada e menos de um décimo com esgotamento sanitário. A coleta, destino e tratamento dos resíduos sólidos encontram-se, também, em patamares inferiores ao desejado, merecendo atenção do poder público.

Em face da carência de fontes de investimento para essa área e diante do crescimento da população paraense, principalmente a urbana, que ocorre em índices superiores à elevada taxa nacional, os objetivos governamentais estão direcionados para os grandes e médios centros urbanos, mediante a recuperação e ampliação das redes de distribuição e instalação de ramais prediais e equipamentos onde for necessário.

Para as cidades menores e às comunidades da zona rural, a prioridade é a utilização de tecnologias alternativas, como os microssistemas de abastecimento; e para as áreas ribeirinhas e locais onde a população encontra-se dispersa, a ação consiste em viabilizar a distribuição de kits de tratamento da água, inclusive das chuvas, que contém cloro, flúor e equipamentos adequados para uso familiar, em conjunto com a educação ambiental.

O alcance desse desafio será alcançado com os seguintes objetivos estratégicos:

PROMOVER A CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Garantir os direitos fundamentais do cidadão pela promoção, proteção e reparação dos direitos humanos, por meio da implementação de políticas públicas.

ASSEGURAR A PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA VIOLENCIA E CRIMINALIDADE

Prevenir a violência e a criminalidade mediante a adoção de políticas eficazes direcionadas para a pré-adolescência, a juventude e às famílias; e fortalecer o combate à violência e à criminalidade por meio do reaparelhamento policial e da intensificação da inteligência criminal, promovendo o compartilhamento de ações entre a União, Estado e Municípios.

INCENTIVAR O INGRESSO E A RECOLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Estimular a criação de um ambiente de negócios dinâmico e competitivo no âmbito dos setores econômicos, sociais, ambientais e do terceiro setor do Estado do Pará, com a finalidade de favorecer a geração de emprego e renda nos diversos níveis de qualificação profissional, utilizando a rede de ensino pública e parcerias privadas para formação, qualificação e requalificação profissional do trabalhador.

GARANTIR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO DA ATENÇÃO BÁSICA E MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Ampliar o acesso aos serviços de saúde por meio da expansão da rede pública de hospitais e centros especiais de atendimento, bem como a qualidade do atendimento, concentrando os serviços de saúde básica e regionalizando o atendimento de média e alta complexidade.

AMPLIAR O SERVIÇO DE SANEAMENTO BÁSICO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Ampliar e melhorar a oferta, especialmente nos municípios mais carentes, das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, retomando os projetos já iniciados e paralisados pelo governo federal e outras iniciativas.

AMPLIAR A MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE NO ESTADO

Promover, em parcerias com os governos municipais e a União, a melhoria do sistema viário estadual.

REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL

Reduzir o déficit habitacional, principalmente nas faixas de renda mais baixa entre 0-3 salários mínimos, em todas as regiões do Estado, retomando os projetos habitacionais já contratados pela Caixa Econômica Federal e de outras iniciativas, promovendo, ainda, a regularização dos terrenos urbanos.

Diretriz 3 – AGREGAÇÃO DE VALOR À PRODUÇÃO POR MEIO DO CONHECIMENTO

A valorização da produção e a difusão do conhecimento têm a perspectiva de pensar e incentivar a ciência, a tecnologia, a inovação e a educação como bens imateriais da população paraense e como suportes estratégicos de consolidação do desenvolvimento estadual.

Nesse sentido, a prioridade de governo nesse campo está atrelada ao desenvolvimento com sustentabilidade, tendo como objetivo primeiro criar e aplicar conhecimento de modo integrado às necessidades da sociedade paraense, fomentando a incorporação de novas tecnologias ao sistema produtivo local.

Os objetivos vinculados a essa diretriz buscam estimular a adoção de medidas estruturantes que propiciem a superação de gargalos existentes na matriz produtiva estadual, como a baixa competitividade dos produtos paraenses e a reduzida intensidade tecnológica instalada no Pará, dentre outros.

Sob esse enfoque, a criação e consolidação de parques tecnológicos e arranjos produtivos locais são instrumentos de promoção da sustentabilidade econômica e social das atividades produtivas do Estado, e deles devem fazer parte as instituições de ensino superior, de pesquisa e do setor privado, com o intuito de agregar valor às cadeias produtivas locais por meio da incorporação e ampliação de inovações e tecnologias nos produtos aqui fabricados, potencializando o uso sustentável dos recursos naturais.